

O processo organizativo dos empreendimentos ligados à agricultura familiar e os princípios da economia solidária: Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar como os princípios da economia solidária podem colaborar na organização de empreendimentos ligados à agricultura familiar a partir dos princípios: autogestão, solidariedade, integração campo-cidade e bem viver. Para isto, se estudou o processo organizativo das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra. A abordagem da pesquisa é qualitativa, quanto ao objetivo é exploratória, metodologia bola de neve. Os resultados mostram que os princípios da Economia Solidária contribuem para organização do empreendimento, mas, algumas questões necessitam aprimoramento. Isso reflete no reconhecimento do empreendimento solidário junto aos consumidores e à sociedade. Para os empreendimentos esta interação entre a Agricultura Familiar e Economia Solidária, promove o fortalecimento de ambos os grupos, por um lado, pela garantia da comercialização dos produtos, sem atravessadores; por outro, no processo organizativo pautado em relações solidárias de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Cestas agroecológicas. Economia solidária. Agricultura familiar.

Cynthia Carla Cartes Patricio
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná (UTFPR), Curitiba,
Paraná, Brasil
cynthia.patricio@gmail.com

Simone Aparecida Polli
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná (UTFPR), Curitiba,
Paraná, Brasil
simonep@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

Até então invisibilizada, a agricultura familiar ganhou força social e política a partir dos anos 1990, no qual foram sendo estabelecidas políticas específicas de valorização com espaços de participação, foram criadas regras e instrumentos de fortalecimento deste setor. “Como protagonista e objeto de muitas destas mudanças destaca-se a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990” (Grisa; Schneider, 2015, p. 126).

Ferreira (2002) afirma que o maior número de trabalhadores na agricultura é formado por agricultores que trabalham com sua família, a esta atividade conceituou-se “agricultura familiar”. Apesar de possuir o maior número de trabalhadores detêm a menor superfície total dos estabelecimentos. “A partir da década de 90, a literatura das ciências sociais especializadas passou a apontar reiteradamente as potencialidades do rural como espaços para reformas societárias de cunho integrativo e como base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade” (Ferreira, 2002, p. 30).

Muitos produtores da agricultura familiar se associam à Cooperativas para comercializar seus produtos e desta forma melhorar a renda e as negociações comerciais. Os princípios do cooperativismo nos quais estas instituições se organizam se aproximam dos princípios seguidos pelos empreendimentos econômicos solidários (EES), que se organizam desta forma para melhoria de toda rede onde estão inseridos. “O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos” (Singer, 2000, p. 13).

Fundamentar as interações entre os empreendimentos ligados à Agricultura Familiar e à Economia Solidária (ES), as conexões e compreender como a aplicação dos princípios da economia solidária podem colaborar para fortalecer as relações e a forma de trabalho destes atores são alguns dos caminhos que este artigo pretende trilhar.

O tema tratado neste artigo alinha-se aos propósitos da Revista Ciência Tecnologia e Sociedade, ao observar a configuração da produção agroecológica, o processo organizativo do Empreendimento Econômico Solidário Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra e a parceria existente entre os atores sociais agricultores, trabalhadores do empreendimento econômico solidário (EES) e consumidores à luz da tecnologia social se apoia na relação Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS).

O (EES) Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra iniciou sua comercialização em 2016. Mas, foi desde o início da Pandemia COVID-19, em 2020, que se intensificou e ampliou os canais de comercialização para uma atuação mais intensiva, na forma de circuitos curtos de comercialização (CCC). A forma de comercialização adotada pela parceria agricultura familiar/economia solidária/consumidores foi a formação de grupos de *whatsapp* e pedidos pelo *site* do EES, na modalidade *e-commerce*.

O objetivo deste trabalho foi analisar como os princípios da economia solidária podem colaborar na organização de empreendimentos ligados à agricultura familiar a partir dos princípios: autogestão, solidariedade, integração campo-cidade e bem viver. Diante do exposto, apresenta-se a questão da pesquisa: Como os princípios da economia solidária estão inseridos

cotidianamente no fazer, na cultura e no processo organizativo do EES Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra?

O artigo foi elaborado em 4 partes: introdução que apresenta o problema de pesquisa; a segunda parte aponta aspectos teóricos e os elos de conexão entre a agricultura familiar e os princípios da economia solidária, destacando como o processo organizativo pautado nestes princípios pode beneficiar os EES da agricultura familiar. A terceira parte destaca aspectos metodológicos apresentando as questões utilizadas nas entrevistas para o estudo de caso. E por fim, discutiu-se a aplicação dos princípios da economia solidária no processo organizativo do EES, os desafios e contribuição do EES Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra no fortalecimento da integração campo cidade.

EMPREENHIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO CAMPO CIDADE

Grisa e Schneider (2015) afirmaram que o Brasil passou por um processo de mudanças, no que se refere à relação entre o Estado e a sociedade civil, em particular os agricultores familiares. “Como protagonista e objeto de muitas destas mudanças destaca-se a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990” (Grisa; Schneider, 2015, p. 126).

Seguindo as políticas de valorização da agricultura familiar em 1995 foi criado o Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF, que desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, culminando em 2006, com o estabelecimento das diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conhecidas como “Lei da Agricultura Familiar, Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

Destacando o papel do Estado, da Academia e dos movimentos sociais Bergamasco e Delgado afirmam que estes atores:

[...] desempenharam um papel fundamental na definição da Agricultura Familiar como um modelo de agricultura, como categoria agregadora de direitos e como identidade política unificadora de uma diversidade de unidades familiares no campo (Bergamasco; Delgado, 2017, p. 11).

O reconhecimento da agricultura familiar, até então chamados de camponeses ou pequenos produtores, em movimento de requalificação passam a ser entendidos como “categoria social diversa e heterogênea pelos estudiosos e cientistas e vista pelos gestores governamentais e os atores e organizações sociais pelo seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico” (Schneider. Cassol, 2017, p. 85).

Tradicionalmente, a agricultura familiar se organiza socialmente na comunidade ou nos grupos de vizinhança e desenvolve relações de trocas de saberes, formas de solidariedade social, relações de confiança e sentimento de pertencer a um lugar geográfico e social, se baseando, pelo menos até a modernização da agricultura, em um viver intersubjetivamente e em uma autonomia relativa à sociedade englobante (Brandenburg, 2010; Wanderley, 2009).

Wanderley afirma que a agricultura familiar enfrenta dificuldades para se estabelecer com relação à “[...] dimensão e qualidade das áreas disponíveis, à educação formal e à saúde, constituem profundos bloqueios que afetam diretamente o desempenho dos produtores e a qualidade de vida de suas famílias” (Wanderley, 2009, P. 70).

Segundo esta mesma autora movimentos sociais e academia devem assumir seus papéis para superar os desafios tecnológicos, ambientais, sociais, no caso dos movimentos sociais: “[...] assumir a luta pela preservação de uma outra agricultura, que seja, de fato, econômica, ambiental e socialmente sustentável” (Wanderley, 2014, p. 41). Para a autora a academia tem o papel de: “[...]produzir os conhecimentos necessários, capazes de inspirar políticas de inclusão social, que efetivamente considere o campesinato enquanto forma de produção e modo de vida” (Wanderley, 2014, p. 41).

Empreendimentos solidários têm a autogestão como princípio fundamental que, conforme Singer (2009), coloca todos os participantes em uma forma horizontal de gestão, todos assumem igual responsabilidade pelo EES, com respeito aos direitos, responsabilidades, oportunidades sendo a autogestão o caminho para a participação.

A administração e organização do EES são realizadas pelos próprios cooperados ou associados pelo princípio autogestão, que pressupõem a participação de todos ou da maioria dos agricultores, as pessoas participam e se responsabilizam por todas as decisões tomadas, sempre na perspectiva de alcançar o bem comum, a melhora da qualidade de vida de todos, e o respeito ao estatuto constituído em conjunto (Silva, 2012).

Na ES a solidariedade implica em responsabilidade mútua, dependência mútua, reciprocidades. Isto quer dizer que o resultado da solidariedade é mutualidade, em que vários são solidários uns com os outros. Impõe e supõe sujeitos coletivos do ato, do agir, do ser solidário. Para Sabourin (2000, p. 56) “[...] a lógica da redistribuição visa realmente ampliar relações sociais e afetivas através da redistribuição, ou seja, por meio da reprodução da dádiva (ainda que defasada) ou do compartilhamento dos recursos”.

Singer (2008) aponta que a solidariedade como princípio pode ser observado na década de 1980, com relação aos desempregados a partir da organização dos sindicatos e movimentos sociais que encampam a luta por direitos sociais, reforma agrária, organização de moradores de rua entre outras reivindicações. Cabe ressaltar, que a solidariedade não se confunde com filantropia conforme apontado por Leal e Rodrigues:

“[...] da qual decorrem ações sociais de cunho caridoso, mas sim de uma solidariedade que se pauta pela igualdade, pela reciprocidade, e pela necessidade de organização para produzir” (Leal; Rodrigues, 2018, p. 212).

Mance (2002) ao incluir os consumidores como atores dentro da ES aponta o consumo solidário para abordar o bem viver, tanto bens, como serviços que atendam as nossas necessidades, que o bem viver, seja observado tanto para o consumidor, como para o trabalhador ou trabalhadora. Nesta visão de bem viver o olhar para o modo como o produto foi produzido ou o serviço prestado é mais importante.

As pessoas que se beneficiam de vínculos sociais numerosos avaliam positivamente sua vida, pois, entre as atividades pessoais mais agradáveis,

numerosas são aquelas que envolvem relações sociais. “A concepção do Bem Viver busca o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, com respeito à diversidade e à natureza” (Diedrich; Biondo; Bulhões, 2021, p. 232).

A Economia Solidária carrega com ela a essência e a busca por uma forma de relação econômica, que procura tratar a relação de trabalho e produção de forma digna, justa, solidária, com equidade e fundamentalmente pela cooperação (ARAÚJO et al, 2017). Cabe ressaltar que a Economia Solidária não se limita a descrever as relações econômicas, é definida também pelas dimensões social, ambiental, cultural e territorial (Araújo et al, 2017).

Singer (2000) afirma que os EESs da cidade se formalizam para atuar, por vezes, na forma de cooperativas, assim como os agricultores familiares que adotam a mesma estratégia para, em conjunto, realizar suas negociações comerciais e assim conseguir aumento na renda. Igualmente conduzem a gestão das cooperativas ou dos EESs, seguindo os princípios da economia solidária, do cooperativismo, sendo a autogestão o modo de produção adotada por ambos:

A importância dessas experiências é o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários (Singer, 2000, p. 46).

As Cooperativas da agricultura familiar pautam sua organização nos princípios que convergem em muitos pontos com os princípios dos EESs, estes empreendimentos se unem em benefício coletivo. A respeito desta parceria Singer afirma que “Pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles” (Singer, 2000, p. 14).

Rover e Darolt (2021) apontam os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) a estratégia que agricultores e consumidores adotam para reduzir o número de agentes envolvidos na comercialização dos produtos, aumentar a escala, e alcançar preços justos para agricultores e consumidores, aproximação produção-consumo, os autores chamam isso de inovação social.

Para Bishof (2016) a venda direta em CCC favorece o estabelecimento de relações mais próximas e de confiança entre produtor e consumidor, bem como proporciona maiores lucros aos produtores visto que não há participação de intermediários, consumidores por sua vez, adquirem os produtos a preços justos e mais acessíveis.

Sobre os circuitos curtos de comercialização (CCC) Wanderley afirma:

Se para os moradores da cidade, tal serviço de proximidade é o meio que lhes assegura uma qualidade saudável dos alimentos que consome, para os do campo, a existência desta economia de proximidade é, frequentemente, o esteio para sua permanência no campo e sua afirmação identitária. Para ambos, sem dúvida, é um reforço das relações interpessoais, visto por muitos como o aprofundamento da face mais humana da vida local (Wanderley, 2009, p. 73).

Da parte dos consumidores cabe à conscientização quanto aos alimentos que consomem.

O ato político de comprar numa feira de produtores ou receber uma cesta semanal com produtos orgânicos/agroecológicos da agricultura familiar é um exercício de democracia alimentar que ajuda a impulsionar os CCC e a urgente transição agroecológica (Darolt; Rover, 2021, p. 42).

Os CCC são uma forma de comércio economicamente justo para produtores e consumidores, “[...]Uma tecnologia social pode ampliar o acesso a alimentos orgânicos/agroecológicos de forma simples e direta pelos consumidores, assim como gerar mercados justos e solidários com os agricultores/as” (Escosteguy, Pugas E Rover, 2021, p. 155).

A Tecnologia social é desenvolvida para um local específico, para atores que a utilizarão e de acordo com determinadas necessidades, pressupõe apropriação do conhecimento, da ciência e da tecnologia por esses atores e pela comunidade onde foi desenvolvida, não como um produto pronto, mas construído em conjunto (Dagnino, 2010; Santos et al, 2025).

Ao contrário das inovações tecnológicas convencionais a tecnologia social propõe a participação, o respeito com o meio ambiente aliando ciência e práticas sustentáveis na agricultura. Santos et al (2025) afirmam que a TS se destaca “[...] pela sua ênfase na inclusão social e, em muitos casos, nascendo a partir da perspectiva agroecológica, que propõe práticas sustentáveis e respeitadas com o meio ambiente e as comunidades locais” (Santos et al, 2025, p. 80).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo proposto neste artigo foi realizado um estudo de caso com o EES Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra. Realizou-se pesquisa de campo por meio de entrevistas com os atores que participam do processo organizativo do EES. O instrumento utilizado foi a coleta de informações por meio de um questionário estruturado composto por perguntas com ordem, fixa e iguais para todos os entrevistados (Gil, 2008).

As perguntas estão relacionadas aos princípios da Economia Solidária estudados no processo organizativo do EES: autogestão; solidariedade; integração campo-cidade; e o bem viver (Figura 2).

Figura 2 – Roteiro de entrevistas relacionadas aos princípios da Economia Solidária estudados.

PRINCÍPIOS ECONOMIA SOLIDÁRIA	QUESTÕES
AUTOGESTÃO - Participação e democracia	1. Qual a figura jurídica do empreendimento?
	2. Quantas pessoas trabalham no empreendimento?
	3. São realizadas reuniões de autogestão? Qual a frequência? Os associados participam? Quais os "cargos"/funções que existem internamente?
	4. Como são tomadas as decisões inerentes à administração do empreendimento?
	5. Como são divididas as tarefas diárias do empreendimento? O comitê gestor faz um gerenciamento?
	6. Quem responde pelo empreendimento externamente, a presidência? Internamente e externamente há diferenças?
	7. Existe alguma forma de rodízio nas funções da gestão de empreendimento?
	8. Existe alguma forma de avaliação de desempenho do empreendimento?
	9. Para ampliar as vendas, quais os mecanismos de marketing, se é que eles existem?
	10. Como são organizadas as vendas das cestas agroecológicas?
	11. O empreendimento está articulado com a Política Municipal de Economia Solidária? Participam das reuniões e tem representante com voto?
	12. Além da política municipal, o empreendimento está articulado com outros fóruns (estadual, federal) de economia solidária? Tem representante com voto?
	13. Vocês participam de manifestações públicas em torno dos temas: agricultura familiar, agroecologia e economia solidária?
SOLIDARIEDADE	14. Existem redes de apoio ao desenvolvimento do trabalho?
	15. Como é o apoio às mulheres do empreendimento?
	16. Existe uma rede de apoio com o cuidado das crianças?
	17. Existe rede de apoio financeiro aos associados?
	18. O empreendimento apoia outros movimentos sociais, ou apoiou durante o período crítico da Pandemia?
INTEGRAÇÃO CAMPO-CIDADE	19. Por que você acha que os consumidores optam pela compra das cestas agroecológicas em detrimento de produtos comuns? Ou de outras feiras, como o passeio público, por exemplo?
	20. Os consumidores das cestas acompanharam o empreendimento desde o início da comercialização?
	21- Qual a procedência dos produtos? Todos vêm da área rural? De quais municípios?
	22- Quais as estratégias/ações adotadas pelos empreendimentos para que ocorra a integração campo-cidade?
BEM VIVER / "JEITO DE VIVER"	23. Os atores do empreendimento consomem produtos de outras "redinhas"? Outras "redinhas" consomem os produtos das cestas agroecológicas?
	24. Existe uma interação com outras "redinhas"?
	25. Os membros do empreendimento procuram criar jeitos, "modos de vida"/estratégias que vão ao encontro do sentido do bem viver? Poderia exemplificar?
	26. Em sua opinião, quais os desafios para a manutenção de um empreendimento solidário a partir dos princípios da economia solidária?
	27. Em sua opinião, quais aspectos esse empreendimento se afasta ou se aproxima de um empreendimento econômico tradicional?

Fonte – Elaboração: Autora, 2022.

Para realização das entrevistas baseou-se nas informações de pessoas chave do EES, chamados, neste estudo, de informantes, no caso, os coordenadores das frentes de trabalho: Coordenação; Feira; Comunicação; Administração e Financeiro; e logística. Foram realizadas cinco entrevistas, com duração de aproximadamente duas horas cada e foram realizadas entre abril e maio de 2023.

Os coordenadores das frentes de trabalho do EES têm relação com a agricultura familiar e com a ES. Da agricultura familiar são três assentados da reforma agrária, vindos de assentamentos do Estado do Paraná para fortalecer o trabalho do CD e representam as cooperativas de seus assentamentos de origem. Os dois entrevistados ligados à ES são associados a um EES parceiro do CD para comercialização das cestas agroecológicas. Este prévio conhecimento dos entrevistados a respeito do cooperativismo, da ES e dos princípios que os norteiam facilitou o entendimento quanto às perguntas realizadas, por vivenciarem e praticarem os princípios da ES em seu cotidiano.

Foram realizadas entrevistas individuais de forma a facilitar a coleta de informações, gravadas, seguidas de transcrição para obter um maior entendimento da rotina da comercialização das cestas agroecológicas. De acordo com Vinuto (2014) esta forma de coleta de informações fornece maior consistência aos resultados que se deseja obter. Ao final dessas etapas, partiu-se para análise dos dados obtidos.

AS CESTAS AGROECOLÓGICAS CAMPO-CIDADE PRODUTOS DA TERRA

A “Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra” é um EES do campo integrante da Rede Mandala. A Rede Mandala, por sua vez, é articuladora da Rede Estadual de Cooperação Solidária da qual fazem parte outros empreendimentos solidários do campo e da cidade que se associaram com a intenção de se organizarem e se fortalecerem mutuamente.

... o fio condutor que nos aproxima, enquanto Rede Mandala, é o compromisso de contribuir na construção de uma nova sociedade, a partir dos valores e princípios que nos orientam (Beatriz et al, 2022, p. 65).

A Rede Mandala foi gestada, com o apoio da TECSOL – Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A intenção de formar a Rede Mandala foi a integração de Redes de Economia Solidária do campo e da cidade que já existiam, mas ainda não estavam articuladas e organizadas (Beatriz et al, 2023).

Na criação da Rede Mandala foi celebrado o Termo de Fomento nº 00029/2017, entre o Ministério do Trabalho (Governo Federal-Secretaria de Economia Solidária) e a Organização da Sociedade Civil (OSC) Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA). Este Termo de Fomento tinha como objetivo criar ações para fortalecimento da produção, comercialização e consumo sustentável. Objetivos que convergem com a atuação do EES Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra.

As vendas das Cestas Agroecológicas iniciaram em 2016, e foram organizadas em grupos de *whatsapp* e pedidos pelo site, na modalidade e-commerce. A iniciativa foi dos próprios consumidores parceiros do EES com a intenção de comprar alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Com o início da Pandemia do COVID-19, em março/2020, e o lockdown decretado, todo o comércio foi fechado, foi proibido a circulação e aglomeração de pessoas houve impasse na comercialização das cestas, de um lado os consumidores precisavam dos alimentos, e do outro lado os agricultores tinham de vender seus produtos plantados e prontos para colheita. Isso impulsionou as vendas das cestas

agroecológicas pois a estratégia de comercialização foi adaptada ao aumento dos pedidos. Para esta situação se aponta “Como fenômeno tecnológico, a Tecnologia Social surgiu com o intuito de amenizar os problemas sociais e, mais especificamente, apresentar soluções para as necessidades reais sentidas pela população” (Fabri; Freitas; Poletto, 2019, p. 93).

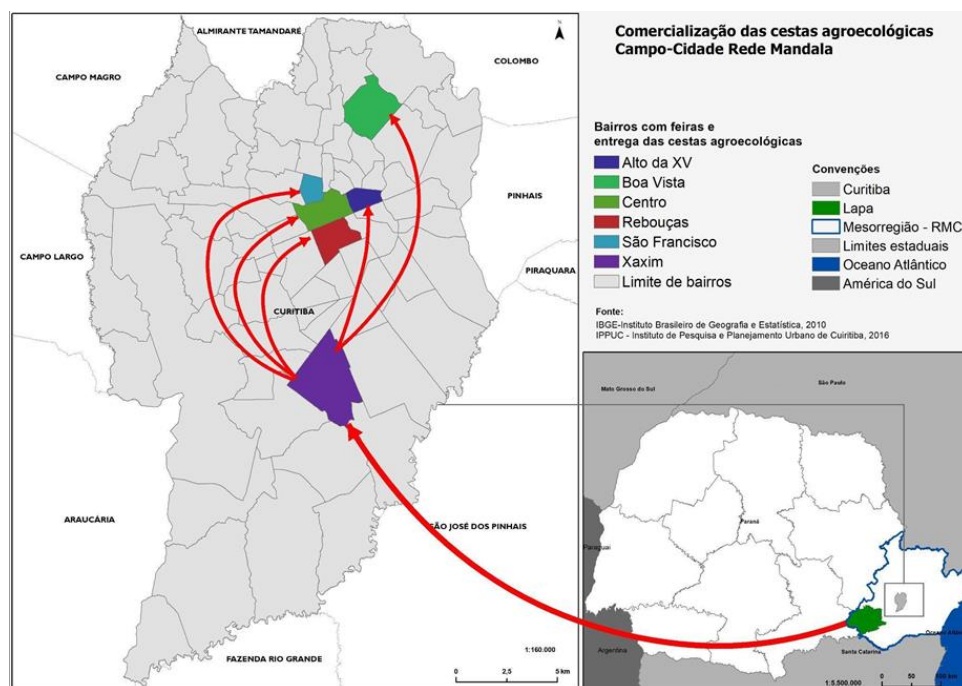
O EES Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra atua na Região Metropolitana de Curitiba, estado do Paraná e abrange um raio de aproximadamente 100 km, partindo da Lapa-PR, do Assentamento Contestado, em direção a Curitiba, onde encontram-se o Centro de Distribuição (CD) e os consumidores.

O Assentamento Contestado desde sua instalação, no ano 2000, foi idealizado com a proposta de ser um assentamento 100% agroecológico. Atualmente produz toneladas de alimentos e comercializa esta produção agroecológica para diversos bairros de Curitiba por meio das Cestas Agroecológicas, da comercialização nas feiras orgânicas, e para o mercado institucional como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) através das Cooperativas Terra Livre e Central da Reforma Agrária (CCA/PR), cooperativas do Movimento Sem Terra (MST).

As cestas agroecológicas são compostas por produtos beneficiados e processados que são fornecidos pela CCA/PR, e por alimentos *in natura* que são fornecidos pela Terra Livre. Os produtos das cooperativas são levados ao CD, filial da CCA/PR em Curitiba, e ali os produtos são separados e classificados para a montagem e distribuição para retirada nas Feiras e entregas em casa.

A comercialização das cestas é realizada semanalmente, após divulgada a lista de produtos disponíveis, em seguida os pedidos são feitos nos grupos de *whatsapp* e no site produtosdaterra.com, no *e-commerce*. Os pontos de retirada são as feiras orgânicas localizadas nos bairros Cristo Rei (Feira Orgânica Noturna), Centro (Feiras da UFPR Reitoria, Das Cooperativas da Agricultura Familiar - Praça Osório e do Passeio Público) e Batel (Feira Orgânica da Praça do Japão). Até início de 2023 as cestas eram entregues, quinzenalmente, também no litoral, em dois locais, nos municípios de Matinhos na UFPR Litoral e em Guaratuba na Paróquia São Francisco de Assis (Figura 1).

Figura 1 – Comercialização das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra.



Fonte - Produtos da Terra - Elaboração: Autora, 2022.

OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ORGANIZAÇÃO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS CAMPO-CIDADE PRODUTOS DA TERRA

O EES Cestas Agroecológicas assumiu desde o início os princípios da ES: autogestão, participação social dos membros internos nos debates coletivos do EES; os laços de solidariedade; os modos de vida relacionados ao bem viver; e os CCC – integração campo-cidade. Antes mesmo de sua consolidação formal, vários outros formatos de comercialização foram testados, num processo de amadurecimento que chegou na forma de organização das cestas que visou, entre outros objetivos, garantir a comercialização direta dos produtos do campo.

A autogestão no processo organizativo das Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra

A análise das entrevistas mostrou que o princípio autogestão foi observado no EES entre os trabalhadores das coordenações das frentes de trabalho. A autogestão é o princípio fundamental da ES. Contudo, foi apontado que, por vezes, o volume de trabalho impossibilita o exercício pleno da autogestão, com a participação de toda a equipe, em reuniões regulares para tomada de decisões inerentes ao funcionamento do empreendimento.

Nas reuniões semanais de autogestão cada frente de trabalho trás as suas demandas semanais e as soluções são discutidas coletivamente. As questões trazidas se referem a controle de qualidade dos produtos, ajuste dos procedimentos na atuação das frentes de trabalho, avaliação do trabalho semanal e de correção das deficiências encontradas.

Apesar de cada coordenador ser responsável por sua frente de trabalho, eventualmente, auxiliam em outras frentes. “A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse

coletiva dos meios de produção pelas pessoas que a utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta [...]” (Singer, 2000, p. 13).

Singer (2008, p. 62) sobre o princípio autogestão, afirma que “os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto”. No caso do EES, que é filial da CCA/PR, os votos dizem respeito às questões administrativas, do processo organizativo, mas a CCA/PR (matriz) decide quanto às questões jurídicas.

Observou-se, na fala dos entrevistados a diferença na forma como o processo organizativo é conduzido pelos trabalhadores “diaristas”, apontada pelos entrevistados do EES, alguns trabalhadores que se associam ao EES não têm a mesma ligação com a Economia Solidária, ou as implicações em ser associado a um empreendimento solidário, que os trabalhadores vindos dos assentamentos rurais ou de outros EESs:

Na cidade também tem essa ligação com a economia solidária, mas eles entendem como emprego, aí eu vou trabalhar no que eu tô indo trabalhando lá, pagar a minha hora de trabalho. Não tem essa visão que ah, não que eu tenho que... eu vou continuar fazendo o meu trabalho, mas eu estou ajudando a cooperativa comprando, estou ajudando o Cefuria, estou ajudando no Movimento. Eu estou num papel maior do que um funcionário (Informante 5, 2023).

Apesar de os coordenadores das frentes de trabalho terem consciência de como o princípio autogestão deve ser adotado no processo organizativo de um empreendimento solidário, e como deve ser a atuação por parte dos trabalhadores, os trabalhadores que se somam ao EES sem ligação prévia com a ES, ou com o trabalho autogestionário não têm este entendimento, isso gera uma incomodidade no processo organizativo. Sobre isso Azambuja (2009) aponta que:

A experiência de trabalho autogestionário traz consigo um potencial educativo, ou seja, a autogestão, através das práticas que a envolvem, permitiria educar e transformar o comportamento dos sujeitos, no sentido de que suas ações passassem a ser pautadas por valores ideológicos que não aqueles das relações sociais capitalistas (Azambuja, 2009, p. 284).

Segue o autor: “[...] a participação num empreendimento autogerido não seria apenas uma questão de interesse econômico, mas envolve uma opção e educação político-ideológico” (Azambuja, 2009, p. 295). Mas os trabalhadores que vêm somar-se a EESs por razões apenas comerciais, seguem sem absorver os princípios da Economia Solidária.

A diferença entre a empresa tradicional e a capitalista está no fato de o aprendizado gerencial ser limitado aos executivos, enquanto que esta capacitação se estende a todos os associados dos EESs que têm a oportunidade, através da autogestão, ao aplicar o rodízio de funções, adquirir competências para todas as áreas da gestão do empreendimento (Singer, 2000). Conforme observado na fala de um informante:

A gente é fazer parte disso, não é? E de entender como é esse processo. É de administrar isso, de gerenciar, de relação com fornecedores, que são principalmente, as nossas cooperativas filiadas, de relação com o consumidor, de relação com outros

processos de comercialização que podem, é se somar como parcerias! (Informante 2, 2023).

A vinda dos associados para o empreendimento para exercer o rodízio nas funções do processo organizativo do EES, propicia a apropriação de todas as atividades dentro do empreendimento. Há intenção em aplicar este procedimento, mas, devido à escassez de trabalhadores, por enquanto, isso não foi possível, segundo um informante.

Os laços de solidariedade

Sobre o princípio solidariedade, todos os entrevistados mencionaram a ação conjunta com a CCA para doação de Cestas Esperança para comunidades em situação de insegurança alimentar. Esta ação conta ainda com a parceria de consumidores das cestas agroecológicas que adquirem uma cesta para doação, ou doam determinado valor para montagem das Cestas Esperança. A ação teve início na Pandemia do COVID-19 e foi continuada após o término, podendo ser adquirida ainda hoje pelo site do empreendimento. Conforme aponta o informante 1 (2023) “... Chegava caminhão, e caminhão aqui de produto que ia para as comunidades”.

Como redes de apoio ao trabalho, foram mencionados, a própria CCA, que é a matriz do CD, principalmente com relação à formação política dos trabalhadores, e nas ações de solidariedade executadas pelo empreendimento. A Rede Mandala, que apoia o empreendimento com capacitação, organização, integração e articulação de toda a rede, além de articular a representação desses empreendimentos solidários nos fóruns municipais, estadual e federal de Economia Solidária, foi a responsável pela doação de equipamentos, como câmara fria para armazenamento de produtos e caminhões de entregas.

Além destas entidades os entrevistados apontaram os consumidores como importantes parceiros, muitos acompanham o empreendimento desde o início da comercialização das cestas agroecológicas:

Uma coisa foi muito importante também, assim, nesse processo, que contribuiu com a gente. Os próprios consumidores, tem consumidor que está há 7 anos com nós, desde o início, foram os que pediram os produtos, que nossas cestas começou devido às entregas do PAA que fazia ali no Cecopan, o pessoal queria produtos. Alimentos orgânicos, saudáveis, de assentamentos, da agricultura familiar e nisso eles fizeram essa força-tarefa, de se reunirem e se organizar enquanto consumidores. Que era uma coisa nova (Informante 1, 2023).

A solidariedade pode ser verificada no apoio que o EES teve dos parceiros desde o início de funcionamento até a consolidação da venda das cestas agroecológicas. “Assim se resolve a contradição entre a solidariedade para dentro e a competição para fora, pois o que deve prevalecer para fora é a solidariedade com todos os trabalhadores” (Singer, 2003, p. 4).

Os modos de vida relacionados ao Bem Viver

O entendimento sobre o bem viver para os entrevistados são diversos, apontam o respeito ao trabalho dos indivíduos, às questões de gênero, o respeito

ao trabalho e fala das mulheres, à opção pela aquisição de produtos agroecológicos, à sustentabilidade, ao apoio à Reforma Agrária.

Para Souza (2015, p. 67) “as mulheres se sentem mais fortes, valorizadas, com maior autoestima por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir do pouco [...]”. Este sentimento de protagonismo, de empoderamento, que é necessário para as mulheres ainda precisa ser melhor trabalhado, conforme pode ser verificado em entrevista: “Porque enquanto as pessoas não entendem que assim, enquanto uma mulher, enquanto coordenação, parece que não é muito validada quando é um homem, a gente sempre... E às vezes fala a mesma coisa, só que daí ele fala a mesma coisa que ela falou, mas é muito mais validado” (Informante 1, 2023).

A agroecologia, sistema de produção adotado pelos agricultores que fornecem os produtos para a composição das cestas, é uma forma de respeito à natureza que vai ao encontro do bem viver, apontado por Alcântara e Sampaio (2017) que aborda duas práticas: o respeito à diversidade e a natureza, bem como exalta o fortalecimento das relações comunitárias, dois temas caros à economia solidária.

Freddi (2015) identificou que o bem viver é contingente e pode ser restrito a algumas pessoas, em um tempo, e espaço onde vivem. Um informante do EES corrobora apontando que o bem viver está sendo construído, nem que seja para usufruto das próximas gerações “[...] estamos fazendo nossa parte, dos nossos netos, bisnetos, que faço melhor, com base naquilo” (Informante 3, 2023).

Integração campo-cidade e os circuitos curtos de comercialização

A integração campo-cidade era uma diretriz da CCA/PR e se efetivou, primeiramente, com o ingresso do EES na Rede Mandala. E depois com a abertura dos diversos tipos de CCC, como as feiras, a entrega de cestas agroecológicas direto ao consumidor, o e-commerce e eventos como as Jornadas de Agroecologia. A integração campo-cidade possibilita maior proximidade com os consumidores, e chama atenção para a importância da reforma agrária e para a ES.

Na Integração Campo-Cidade ressalta-se o papel político do consumidor que contribui para o fortalecimento da agroecologia e a permanência do agricultor no campo, conforme aponta Cardoso “Que vai além da busca por alimentos saudáveis, em direção a um crescente interesse em saber como esses alimentos foram cultivados e sob que condições ambientais” (Tiburtino, 2018, p. 2).

O efeito pedagógico da Cesta Agroecológica não pode ser perdido, porque ele não é só comer, é também formar cidadãos e cidadãs críticos de que aquele alimento ele tem uma história, tem uma vida, tem uma sustentabilidade, tem uma habilidade econômica que manter a pessoa no campo é saudável (Informante 3, 2023).

Corroboram os coordenadores das frentes de trabalho que observam que os produtos trazidos do campo para a cidade contam uma história, vêm carregados de valores e princípios conforme afirma um informante:

Esse Campo-Cidade para mim, eu acho muito, muito essencial assim, porque você está trazendo um produto, você está trazendo a história, a pessoa que produz aquele produto, né! E também você está levando, você está fazendo aquilo, a pessoa produz com carinho, você

continua aquele carinho e leva aquele carinho, para o consumidor, eu acho muito importante, isso! (Informante 1, 2023).

Ressaltam que outro fator importante é que os consumidores se identificam com a luta pela Reforma Agrária:

E a gente também tem esse negócio, né! A gente, a gente só sobreviveu tudo isso também porque também a gente é MST, tem um apoio muito grande, as pessoas também conhecem a história do MST. Isso que fortalece a gente, as pessoas que vêm e falam: “Eu vou comprar porque é do MST, eu sei da onde veio”. Ou eles falam: “Eu tava lá no Assentamento da Lapa, eu fui lá na Cooperativa Terra Livre, e eu vou pegar um produto deles aqui (Informante 1, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar os desafios e avanços da aplicação dos princípios da economia solidária na organização de empreendimentos ligados à agricultura familiar a partir dos princípios: autogestão, solidariedade, integração campo-cidade e bem viver.

Observou-se que as Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra procuram pautar sua organização no princípio básico dos EES, que é a autogestão, realizando as reuniões de planejamento do trabalho, ainda que o volume intenso de atividades os impeça, eventualmente, de exercer a autogestão. Mas, o rodízio de trabalhadores em todas as frentes, que é um indicativo do exercício da autogestão, ainda não é possível, apesar de os trabalhadores perceberem esta necessidade, apontando a falta de pessoal para exercer plenamente a autogestão.

Com relação à autogestão ainda há uma incomodidade com relação aos trabalhadores “diaristas”, que recebem por dia trabalhado e sem vínculo prévio com empreendimentos solidários, estes trabalhadores não se apropriam dos princípios da economia solidária e se pautam pela lógica do patrão-empregado, conforme apontado nas entrevistas. Azambuja (2009, p. 312) atribui a isso “[...] uma perspectiva que reconhece que o processo de formação de valores ideológicos depende tanto da experiência de trabalho autogerido como do sujeito social que expressa determinados valores”.

O EES realiza ações de solidariedade conjuntas com a CCA, como a doação das Cestas Esperança para comunidades em situação de insegurança alimentar com o objetivo político, de resgatar a consciência de classe da solidariedade de trabalhador do campo para o trabalhador urbano. Esse ato de solidariedade iniciou no período da Pandemia, e teve continuidade para pessoas e comunidades em situação de insegurança alimentar.

Observou-se que o empreendimento recebeu apoio desde a sua concepção, dentre as diversas entidades como a incubadora TECSOL (UTFPR), que tem atuação importante na Rede Mandala, faz a articulação dentro da rede, apoia com formação para os membros, promove reuniões, participa e fomenta a participação dos EESs nos Seminários, Fóruns e instâncias políticas de Economia Solidária em Curitiba e RMC. A Rede Mandala em parceria com o Cefuria, por meio do Termo de Fomento no qual foram contempladas em consórcio, foram entidades fundamentais para a consolidação do EES, apoiaram o EES com equipamentos de infraestrutura, câmaras frias, caminhões para melhorar a logística das feiras e entregas, bem como capacitação. Rede Mandala, Cefuria, CCA/PR e TECSOL são

entidades pilares que apoiam para organização e estruturação em rede de todos os empreendimentos econômicos solidários do campo e da cidade contribuindo para o crescimento e fortalecimento

Isso colaborou na organização e estruturação em rede de todos os empreendimentos do campo e da cidade participantes deste processo. A CCA/PR, e as demais Cooperativas da Reforma Agrária distribuídas pelo Estado do Paraná são pilares para o funcionamento do EES, especialmente na organização dos empreendimentos do campo e para a Integração Campo-Cidade.

A aproximação da agricultura familiar com os EES, fortalecem ambos, auxiliam esses agricultores no acesso aos mercados institucionais visto que muitos têm dificuldade em comercializar seus produtos individualmente. A operação conjunta possibilita melhoria na negociação, na logística, na comercialização e promove a integração campo-cidade.

Quanto ao princípio bem viver foram apontados diferentes aspectos, como o respeito ao trabalhador, o trabalho digno. Outro entendimento sobre o bem viver foi quanto à questão de gênero, o respeito a voz e vez da mulher nos debates coletivos, que muitas vezes é passado despercebido, e não é respeitado, mesmo nas relações dentro do EES, demonstrando que o trabalho de conscientização deve ser contínuo. O bem viver pode ser observado no consumo consciente, quando o consumidor assume o papel político em adquirir os produtos agroecológicos, e apoiar a Reforma Agrária e os agricultores familiares (Alcântara; Sampaio, 2017).

Observou-se, ao fim da pesquisa, que o EES, apesar de dificuldades no processo organizativo, por fatores como ajustar expectativas, tanto dos trabalhadores acostumados com o trabalho autogerido e solidário, como dos trabalhadores acostumados em ter um chefe, um patrão. Os trabalhadores procuram pensar coletivamente no empreendimento e pautar o processo organizativo pelos princípios da economia solidária.

A partir das vendas das cestas agroecológicas o empreendimento apresenta avanços observado na abertura de novos espaços de comercialização como feiras, eventos, e o reconhecimento da marca Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra, que além de comercializar produtos agroecológicos de qualidade do campo para a cidade, promove o fortalecimento da Agricultura Familiar, da Reforma agrária e da Economia Solidária junto aos consumidores conscientes, e à sociedade em geral.

The organizational process of enterprises linked to family farming and the principles of solidarity economy: Agroecological Baskets Campo Cidade Produtos da Terra

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze how the principles of the solidarity economy can contribute to the organization of family farming enterprises based on the principles of self-management, solidarity, rural-urban integration, and good living. To this end, the organizational process of the Cestas Agroecológicas Campo-Cidade Produtos da Terra was studied. The research approach is qualitative, exploratory, and uses a snowball methodology. The results show that the principles of the solidarity economy contribute to the organization of the enterprise; however, some aspects require improvement. This reflects the recognition of the solidarity enterprise among consumers and society. For the enterprises, this interaction between Family Farming and the Solidarity Economy promotes the strengthening of both groups, on the one hand, by ensuring the marketing of products without intermediaries; on the other, by the organizational process based on solidary labor relations.

KEYWORDS: Agroecological baskets. Solidarity economy. Family farming.

NOTAS

Informante 1 – Entrevista realizada em 29/04/2023, no Centro de Distribuição (CD).

Informante 2 – Entrevista realizada por vídeo conferência em 13/05/2023.

Informante 3 – Entrevista realizada na Padaria Gianetta Panetteria em 28/04/2025.

Informante 4 - Entrevista realizada por vídeo conferência em 16/05/2023.

Informante 5 – Entrevista realizada em trânsito, durante entregas para o PAA em 26/05/2023.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? Desenvolvimento e meio ambiente, v. 40, 2017. Disponível em: 48566-201423-3-PB (2).pdf. Acesso em: 13/03/2023.

AUTORA. O processo organizativo dos empreendimentos solidários e os princípios da economia solidária: Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos Da Terra. Dissertação (Mestrado) Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Curitiba, 2023.

AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. Sociologias, p. 282-317, 2009. Disponível em: SciELO - Brasil - Os Valores da Economia Solidária Os Valores da Economia Solidária. Acesso em: 03/03/2023.

BISCHOF, M. S. A construção social de mercados nos centros de comercialização permanente da agricultura familiar do Estado do Paraná. 2016. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2016.

BRANDEMBURG, A.. Do rural tradicional ao rural socioambiental. Ambiente & Sociedade, v. 13, p. 417-428, 2010. . Disponível em: SciELO - Brasil - Do rural tradicional ao rural socioambiental Do rural tradicional ao rural socioambiental. Acesso em: 27/02/2024.

BRONDANI DOS S., T. T.; LOBATO R. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Revista Retratos de Assentamentos, v. 25, n. 1, 2022. Disponível em: O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional no Brasil. | Revista Retratos de Assentamentos | EBSCOhost, Acesso: 24/02/2023.

DAGNINO, R et al. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. Ed. Ver. E ampl. Campinas, SP, Komedi, 2010. 306 p. Disponível em:

https://cdt.unb.br/images/CEDES/2010_FERRAMENTA_TEC_SOCIAL_LIVRO.pdf. Acesso em: 02/10/2025.

DAROLT, M. R.; ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. Disponível em: Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social (ufsc.br). Acesso em: 08/01/2024.

DE ARAÚJO, A. L. et al. Economia solidária a economia real do desenvolvimento sustentável nas colônias Iapó e Santa Clara no Município de Castro-Pr. Tópicos em gestão da produção volume 3, p. 51, 2017.

DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DIEDRICH, G. E.; BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 18, n. 3, jul/set, p. 230-255, 2021. Disponível em: Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos | COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional (faccat.br). Acesso em: 13/05/2023.

FABRI, M.G.S.; FREITAS, C.C.G.; POLETTO, R.S. Reaplicação de tecnologia social: análise de casos do banco de tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil. Rev. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 16, n. 45, p. 92-107, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/10249>. Acesso em: 30/09/2025.

FREDDI, S. M. et al. A agricultura urbana e o "bem viver" nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC. 2015. Disponível em: A agricultura urbana e o "bem viver" nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC (ufsc.br). Acesso em: 27/03/2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de contribuições e desafios para o Desenvolvimento Rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.155-180. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232410/000975223.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09/02/2024.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. Curitiba: Ufil, 2002. Disponível em: <https://www.solidarius.net/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>. Acesso: 11/01/2024.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. Estudos do CEPE, v. 49, p. 67-79, 2019. Disponível em: 228506389.pdf (core.ac.uk). Acesso em: 27/02/2024.

RIBEIRO-SILVA, R. de C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil In: DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. (hal.science). Acesso em: 17/05/2023.

SANTOS, C. A. P; SÁ, Á. K. G; CÂNDIDO, P. V. et.al. Tecnologias sociais e o desenvolvimento territorial do semiárido cearense. Rev. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 21, n. 64, p.75 - 98, abr./jun., 2025. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/19941>. Acesso em: 16/09/2025.

SANDRI, A. M.; OLIVEIRA, A. G. de. Cooperativas de assentados da reforma agrária no Estado do Paraná: políticas públicas e incentivo à geração de renda. XVIII ENANPUR, Natal, 2019, 27 à 31 de maio. Disponível em: Anais – STs – XVIII ENANPUR. Acesso em: 27/02/2024.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p. 11-28, 2000.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária. Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 2, n. 1, p. 03-06, 2003.

SINGER, P. Economia solidária. Estudos avançados, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYVnc8gJVQYFDnrCgbZxjCG/?format=pdf>. Acesso em: 20/12/2022.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. Revista Econômica do Nordeste, v. 43, p. 309-326, 2012.

TIBURTINO, L. A. et al. A Experiência da CSA-Comunidade que Sustenta a Agricultura como Fator Promotor de Desenvolvimento Local-Revisão. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 2, p. 9-9, 2018. Disponível em: Vista do A Experiência da CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura como Fator Promotor de Desenvolvimento Local - Revisão (aba-agroecologia.org.br). Acesso em: 29/06/2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, n. 22, (44): p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: [A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa | Temáticas \(unicamp.br\)](#). Acesso em: 20/04/2023.

WANDERLEY, M. de N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 17, n. 1, p. 60-85, 2009. Disponível em: [Redalyc.O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade](#). Acesso em: 23/02/2023.

WANDERLEY, M. de N. B. O Camponato Brasileiro: uma história de resistência. *RESR*, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, Piracicaba-SP, 2014.

Recebido: 27/02/2024
Aprovado: 11/11/2025
DOI: 10.3895/rts.v21n67.18213

Como citar:

PATRÍCIO, Cynthia Carla Cartes; POLLI, Simone Aparecida. O processo organizativo dos empreendimentos ligados à agricultura familiar e os princípios da economia solidária: Cestas Agroecológicas Campo Cidade Produtos da Terra. **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 21, n. 67, p.202-222, out./dez, 2025. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/18213>

Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

